

O PORTUGUÊS NO CONTEXTO POLÍTICO DAS GRANDES LÍNGUAS INTERNACIONAIS¹

CARLOS ALBERTO FARACO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Abstract – In this article it is presented a critical discussion of the situation of Portuguese as an international language. It is pointed out that, in the last decade, there have been tentative efforts to create a multinational political management of the language by the revitalization of the Instituto Internacional da Língua Portuguesa. This revitalization was approved in the First CPLP Conference on the Situation of Portuguese in the Global System, which took place in Brasília in 2010. It is argued here that those efforts have been completely fruitless and have shown concretely that a multinational political management of the language is impossible. In consequence, it is suggested that those efforts should be abandoned. If the future fragmentation of Portuguese into a family of languages, which seems rather inevitable, national policies seem to be more effective. It will therefore be up to each country to take particular initiatives to promote its own variety of the language and its culture. It is pointed out that the recent creation by the Brazilian government of the Instituto Guimarães Rosa to promote Brazilian Portuguese and Brazilian culture can be seen as an important initiative in the right direction.

Keywords: Portuguese language; International diffusion; Political management.

1. Considerações iniciais

Meu objetivo neste texto é comentar aspectos peculiares do português no comparativo com algumas outras línguas que adquiriram, historicamente, o estatuto de línguas internacionais. Entenderei aqui ‘língua internacional’ como aquela que é usada em mais de um Estado-nação e que é também usada em contextos transnacionais como na esfera político-diplomática, no comércio internacional, na esfera da ciência e da cultura em geral.

Adianto que, embora estejamos reunidos para comemorar o Dia Mundial da Língua Portuguesa, minha exposição terá, antes de tudo, um caráter crítico. Estarei indo, portanto, a contrapelo do que é mais comum em

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada como conferência de abertura do Congresso Internacional “Dia Mundial da Língua Portuguesa”, organizado pelo Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Straniere da Università degli Studi Roma Tre, no dia 5 de maio de 2023. Agradeço o honroso convite que o Prof. Gian Luigi de Rosa, organizador do evento, me faz para proferir a conferência de abertura.

ocasiões como esta. As celebrações costumam ser, em geral, laudatórias e eufóricas.

Há, claro, bons motivos para louvarmos a língua portuguesa. Afinal, são 260 milhões os seus falantes, espalhados pela Europa, América, África e uns poucos ainda na Ásia. O patrimônio literário em português é, sem dúvida, apreciável e, entre outras riquezas expressas em português, está certamente a música popular brasileira, tão marcante de nossa diversidade cultural, tão pujante em sua criatividade e tão representativa do português brasileiro contemporâneo.

No entanto, penso que, se olharmos criticamente para as realidades da língua; se olharmos mais atentamente para aquilo que lhe falta, daremos maiores e melhores contribuições para sua projeção internacional do que se nos perdermos nas louvações eufóricas, muitas vezes vazias de sentido.

Mas não serei apenas crítico. Ao fim de minha fala, apresentarei considerações de caráter propositivo com o olhar que eu tenho hoje sobre o contexto político da língua portuguesa.

2. Datas celebrativas

Curiosamente, a língua portuguesa tem, pelo menos, três datas que lhe são dedicadas. A primeira é o 10 de junho, data da morte de Luís de Camões. Nesse dia, em Portugal, se comemora o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Celebra-se, então, o grande poeta português e, por extensão, a própria língua.

No Brasil, uma lei de 2006 – desconhecida de quase todos, diga-se de passagem – instituiu o dia 05 de novembro, data do nascimento do jurista e político Rui Barbosa, como o Dia Nacional da Língua Portuguesa.

Essa escolha, que tem lá sua dose de ironia, se fez com base em um dos nossos grandes mitos culturais, qual seja, o de que Rui Barbosa era um excepcional cultor da língua, embora tenha sido o responsável pela triste e sempre lastimável polêmica com o gramático Ernesto Carneiro Ribeiro, no início do século 20, a propósito da redação do primeiro Código Civil Brasileiro. Tendo esse episódio como referência, é preciso admitir que Rui Barbosa fez, de fato, mais mal do que bem à cultura linguística brasileira, dando expressão a uma cultura do erro no trato da língua que até hoje afeta as relações dos brasileiros com a língua portuguesa.

E, finalmente, a terceira data, o 05 de maio, consagrado, em 2009, pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como o Dia Mundial da Língua Portuguesa. A motivação aqui foi bem prosaica. O dia 05 de maio foi a data em que se reuniram, pela primeira vez, os ministros da Cultura dos países da CPLP. Continuaram a se reunir nessa data e, em 2005, a

proclamaram Dia da Cultura da CPLP. E, em 2009, agregaram a língua à efeméride, de tal forma que, hoje, o 05 de maio é o Dia Mundial da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP.

Não faltam, portanto, datas para celebrarmos a língua portuguesa. E eu me pergunto se a existência de tantas datas celebrativas não é, no fundo, um sintoma de alguma coisa que nos pede análise e interpretação, o que justificaria minha proposta de olharmos criticamente para a situação do português no contexto internacional.

3. Histórico crítico

Meu olhar crítico nasceu, principalmente, do meu envolvimento direto, entre 2005 e 2018, com questões políticas relativas ao português. Primeiro, entre 2005 e 2009, como membro de uma comissão assessora do Ministério da Educação que recebeu, entre outras tarefas, a de subsidiar o processo de implantação, no Brasil, do Acordo Ortográfico de 1990.

Embora fosse uma tarefa de âmbito nacional, nossa comissão teve de acompanhar os desdobramentos da questão em outros países porque um dos protocolos aditivos ao Acordo estipulava que ele entraria em vigor no momento em que três dos signatários cumprissem a etapa de sua ratificação.

Era do interesse do governo brasileiro à época que o Acordo passasse a vigorar. O Parlamento brasileiro concluiu sua ratificação em 2004 e o Brasil desenvolvia tratativas para que outros signatários fizessem o mesmo, alcançando-se, assim o número mínimo para garantir a vigência do Acordo.

Em face dessas tratativas, nossa comissão acabou por acompanhar os desdobramentos do tema em outros países, em especial em Portugal, que, embora tenha sido o primeiro país a ratificar o texto básico do Acordo já em 1994, só completou a ratificação dos termos aditivos em maio de 2008.

Foi este, então, meu primeiro envolvimento direto com questões políticas referentes à língua. Na sequência, a partir do 1º Congresso da CPLP sobre a Situação do Português no Sistema Mundial, realizado em Brasília, em 2010, do qual participei como um dos delegados brasileiros, passei a fazer parte da representação do Brasil junto ao Conselho Científico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e, de 2014 a 2018, exerci a coordenação da Comissão Nacional Brasileira junto ao IILP.

4. Gestão multinacional: uma impossibilidade

Essas atividades me permitiram conhecer, em pormenores, a CPLP e o IILP e me deram um ponto de observação privilegiado para avaliar as reais possibilidades de uma gestão política multinacional da língua.

Essa opção por uma gestão política multinacional da língua ficou, de certa forma, indicada pelas conclusões do Congresso de Brasília, que, entre outras diretrizes, aprovou a reativação do IILP, que criado em 1989, estava, há 20 anos, completamente inerte.

A minha experiência no Conselho Científico do IILP acabou por me mostrar a inviabilidade, de fato, de tal gestão multinacional, apesar de ter sido política deliberada do Brasil, nesse período de oito anos desde o Congresso de Brasília, apostar nesse tipo de gestão, estimulando-a e buscando sua viabilização por meio da implantação das diretrizes constantes dos Planos de Ação saídos dos Congressos organizados pela CPLP, em especial o de Brasília, em 2010, e o de Lisboa, em 2013.

Neste ponto, é importante chamar a atenção para a situação peculiar da gestão política da língua portuguesa. Nossa língua nunca teve uma gestão centralizada. Difere, nesse sentido, da situação do francês e do espanhol, que têm uma tradição de gestão centralizadora, na medida em que França e Espanha criaram, historicamente, instituições próprias de gestão política das respectivas línguas. Essas instituições ainda prevalecem, não obstante iniciativas de cooperação multilateral que são desenvolvidas seja pela Organização Internacional da Francofonia, seja pela Associação de Academias da Língua Espanhola.

Quando a CPLP foi criada, em 1996, a promoção da língua foi arrolada como seu terceiro grande objetivo. Para cumpri-lo, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa foi incorporado à estrutura da CPLP. Desse modo, se abriu, em tese, a possibilidade de gerir e promover a língua de maneira descentralizada, coletiva e multilateralmente.

Apesar de o Instituto ser um modelo, em princípio, inovador, pelo seu caráter não nacional, ele nunca conseguiu, de fato, funcionar adequadamente. A CPLP se tornou uma organização altamente burocratizada, emperrada em seu processo decisório e, no fundo, nunca alcançou efetiva relevância política.

A questão da língua, por exemplo, é tratada em esferas internas duplicadas que não se comunicam e não convergem. Há, no Secretariado Executivo, uma Direção de Ação Cultural e Língua Portuguesa e há o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Por outro lado, é também perceptível que o IILP nunca foi assumido como instância política e técnica por todos os Estados-membros da CPLP. Nem todos têm representação permanente no Conselho Científico do

Instituto; dos que têm representação, nem todos são assíduos às reuniões. E, por fim, nem todos os países têm sido pontuais no pagamento de suas cotas anuais para o orçamento do Instituto, inclusive o Brasil. Isso tudo fragiliza o Instituto, que se vê diminuído politicamente e precarizado financeiramente, inviabilizando-o como instância de gestão da língua.

Não faltam, claro, ano após ano, nas cimeiras da CPLP, declarações conjuntas dos chefes de Estado e Governo, comprometidas com a promoção da língua. No entanto, o que se tem, de fato, é muita retórica e nenhuma ação digna de nota.

Até mesmo as quatro Conferências sobre a Situação do Português no Sistema Mundial até agora realizadas sob o patrocínio da CPLP não se consolidaram como um espaço de articulação de conhecimentos e ações para a promoção da língua. Se as duas primeiras – 2010, em Brasília, e 2013, em Lisboa – tiveram algum fôlego pela abrangência da temática e pelos Planos de Ação que engendraram, as duas últimas – em Dili (capital do Timor Leste), em 2016, e na Cidade da Praia (capital de Cabo Verde), em 2019, se reduziram a eventos sem qualquer ressonância.

Quem vive por dentro o Instituto Internacional da Língua Portuguesa percebe, além de sua fragilidade política e financeira, que por si só o inviabilizam, que é impossível, de fato, a construção de consensos políticos e técnicos. Há barreiras internas levantadas por disputas pouco explícitas, mas muito operativas, apesar, repito, das juras retóricas de cooperação fraterna, tão típicas dos documentos da CPLP.

O português não conta, portanto, com uma gestão política que não se limite às iniciativas estritamente nacionais de Portugal e do Brasil.

5. Crescimento do número de falantes de português

Mas, para além das questões políticas, há outros aspectos que precisam ser criticamente analisados, se queremos ainda dotar o português de forças suficientes para ganhar espaço em meio a outras línguas internacionais.

Existem, claro, dados muito interessantes relativos ao português, em particular o fato de que é uma língua que vem ganhando falantes seja como língua primeira, seja como língua segunda, seja ainda como língua estrangeira.

Para bem avaliar esse crescimento no número de falantes, é interessante adotar a tipologia dos três círculos concêntricos proposta pelo linguista estadunidense Braj Kachru para descrever a situação da língua inglesa no processo de sua internacionalização e globalização (Kachru, 1992).

Nessa tipologia, há um círculo interno (*inner circle*), constituído pelos países em que o inglês é a primeira língua majoritária, um círculo externo (*outer circle*) ou estendido (*extended circle*), constituído pelos países em que o inglês é língua oficial e desempenha socialmente o papel de uma segunda língua, num ambiente multilíngue e um círculo em expansão (*expanding or extending circle*), constituído pelos países que reconhecem o papel do inglês como língua internacional e, por isso, estimulam, dentro de suas fronteiras, seu ensino como língua estrangeira privilegiada.

No caso do português, o círculo interno corresponde, basicamente, a Portugal e Brasil, embora já haja quem inclua nele São Tomé e Príncipe (veja-se, entre outros, Balduino e Bandeira 2022); o círculo externo corresponde aos países em que o português é língua oficial, mas não língua primeira majoritária; e o círculo em expansão, aos países que reconhecem a relevância internacional do português e o ensinam como língua estrangeira.

Nos países em que o português é língua oficial, mas não majoritária (funciona, portanto, basicamente como língua segunda), há um crescimento significativo no número de falantes que a tem como língua segunda, mas há igualmente um crescimento daqueles segmentos populacionais que, nesses contextos, embora ainda minoritários, a têm como língua primeira. Diz-se que, em Moçambique, esse segmento alcança 20% da população e, em Angola, 40%.

Há também um crescimento no número de falantes de português como língua estrangeira, em especial na América do Sul e no sul da África, com a decisão de alguns países de incluir o português como língua estrangeira optativa mas de oferta obrigatória no ensino médio. É o caso da Argentina e do Uruguai, na América do Sul; e de Zâmbia e da Namíbia, no sul da África.

Crescimento semelhante vem ocorrendo na China, onde já há pelo menos trinta universidades que ofertam regularmente cursos de português, cumprindo uma diretriz bem costurada com os interesses estratégicos e consequentes ações políticas e econômicas do país voltadas principalmente para o continente africano.

Nesse sentido, vale a pena mencionar o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, conhecido como o Fórum de Macau, organização internacional criada pela China, em 2003, para articular a cooperação econômica e comercial entre ela e os países de língua portuguesa. O Fórum de Macau tem, primordialmente, objetivos econômicos e comerciais, mas acaba tendo repercussões na cooperação cultural, educacional, esportiva e comunicativa, esferas elencadas nos seus documentos estratégicos.

Diante disso, me pergunto se é exagerado imaginar o seguinte cenário para o futuro: diante do já evidente fracasso da CPLP no trato de seu terceiro objetivo (o de promover a língua portuguesa), será que a gestão política

multilateral da língua portuguesa vai acabar sendo coordenada pela China a partir de Macau? O futuro nos dirá.

De qualquer forma, o aumento do número de falantes que o português vem conhecendo já há algumas décadas é, sem dúvida, um bônus para a língua, um bônus que se amplia se considerarmos as projeções demográficas da ONU para os próximos 80 anos. Essas projeções indicam que vai haver uma verdadeira explosão demográfica em Angola e Moçambique. Enquanto Portugal perderá população (na melhor das hipóteses, perderá entre 20% dos seus atuais 10 milhões) e o Brasil estabilizará sua população em torno dos 210/220 milhões, Angola e Moçambique quadruplicarão seu atual contingente populacional, alcançando 100 milhões cada um deles (*World Population Prospects: 2015 revision*).

O Sul da África é, pois, uma região que tenderá a abrigar no futuro aproximadamente 40% dos falantes de português no mundo. O século 21 vai, assim, redesenhar a presença da língua portuguesa no mundo. O Brasil continuará a ser individualmente o país com o maior número de falantes, mas seu peso percentual baixará dos atuais 85% para 52% do total.

Diante desses dados, cabem aqui duas observações. Primeiro, essa curva populacional ascendente pode significar pouco se, ao mesmo tempo, não se modificarem, significativamente, os índices educacionais e de distribuição de renda dessas sociedades do sul da África. Não custa lembrar que, sem o suporte de um sistema educacional abrangente e com relativa qualidade, grandes quantitativos de falantes têm, por si sós, pouca relevância para a projeção de uma língua.

6. Instrumentos linguísticos insuficientes

Por outro lado, é preciso dar destaque ao fato de que faltam ao português instrumentos linguísticos indispensáveis para sua efetiva consolidação como língua internacional. Diferentemente do inglês, do francês e do espanhol, o português ainda não dispõe de todos os instrumentos linguísticos necessários para se apresentar no cenário internacional com uma face de relativa unidade. Nesse sentido, podemos dizer que, das quatro principais línguas europeias que adquiriram, historicamente, o estatuto de línguas internacionais, o português é o primo pobre.

Nenhuma língua se promove e se difunde no plano internacional se não dispuser de três instrumentos linguísticos essenciais: uma base ortográfica consolidada, um dicionário geral representativo de seu coração vocabular e das especificidades dos diferentes contextos em que é falada e uma gramática ecumênica de referência.

O português, como bem sabemos, alcançou muito tardiamente a consolidação de uma base ortográfica. Enquanto o francês consolidou sua ortografia no século 17 e o inglês e o espanhol o fizeram no século 18, o português só alcançou fixar sua ortografia no século 20. Muito tardiamente, portanto. E, ainda assim, sem um consenso, situação que se arrasta até hoje, cento e doze anos depois, sem perspectiva de solução no horizonte. Ora, sem uma referência ortográfica consolidada, estaremos sempre pisando em falso quanto à representação escrita da língua, com várias consequências negativas para o mundo editorial e para seu ensino em qualquer das suas dimensões.

Mas também nos falta um grande dicionário geral da língua. Os atuais são instrumentos razoáveis, como, por exemplo, no caso do Brasil, o Dicionário Houaiss ou o Dicionário Aurélio, mas são ainda muito restritos quanto às variedades representadas da língua. O que é específico do vocabulário corrente em Portugal e nos países africanos só ocasionalmente conhece um registro não anedótico nesses dicionários brasileiros.

Por fim, precisamos também começar a discutir a viabilidade da elaboração de uma gramática ecumênica da língua que acolha, comparativamente, as diferenças entre as principais variedades. Uma gramática que represente, razoavelmente, os usos cultos correntes nas diversas sociedades em que o português é falado.

Nossas atuais gramáticas deixam muito a desejar. São restritas ao português europeu ou ao português brasileiro. Não há representação gramatical das outras variedades e, portanto, as gramáticas atuais não se materializam como instrumentos para o indispensável trabalho comparativo. Além disso, nossas gramáticas, no geral, são, em muitos aspectos, anacrônicas e não representam adequadamente nem sequer a realidade atual da variedade que pretendem descrever. Com exceção, talvez, da Gramática da Fundação Calouste Gulbenkian, que, no entanto, é restrita ao português europeu.

Como se vê, não é tranquila a situação do português. Não há convergência política em sua gestão e lhe faltam instrumentos linguísticos fundamentais.

7. Português: língua fissurada?

Mas, talvez, essa busca por instrumentos linguísticos fundamentais já não faça muito sentido, se aceitarmos como verdadeira a percepção, bastante difundida nos meios acadêmicos portugueses e brasileiros, de que o português é uma língua fissurada, uma língua irremediavelmente fissurada.

Quem primeiro chamou a atenção para esse fato foi o Prof. Ivo Castro, grande linguista português e professor jubilado da Universidade de Lisboa,

numa conferência que fez em 2007, em Barcelona; e, no ano seguinte, num artigo que publicou na revista GRIAL, editada na Galiza.

Nesse artigo, Ivo Castro considerava que era ainda, talvez, prematuro afirmar que o português está a dividir-se em uma família de línguas. Mas, dizia ele, "circunstâncias de geografia, da sociedade e da comunicação permitem admitir que o mais provável desenvolvimento que a história nos reserva será a fragmentação do sistema linguístico português" (Castro 2007, p. 80).

Desde então, esse posicionamento vem tomando corpo e, de certa forma, balizando os estudos comparativos envolvendo o português europeu e o português brasileiro. E essa forte tendência corrente nos mundos acadêmicos portugueses e brasileiros vai em oposição aos discursos que prevaleceram até inícios do século 21, em especial no Brasil.

Desde que diferenças linguísticas começaram a ser apontadas entre Portugal e Brasil, nos finais do século 19, predominou, entre os filólogos brasileiros, o discurso da unidade na diversidade. Foi – insisto – um discurso formulado, defendido e repetido primordialmente pelos brasileiros. E isso não é difícil de entender.

Numa sociedade etnicamente complexa e socioeconomicamente partida como a brasileira, a exígua elite letrada, majoritariamente branca, tinha a pretensão de ser identificada e reconhecida como europeia. Assim, entre outros fatores, era-lhe fundamental minimizar as diferenças linguísticas, dirigindo a atenção exclusivamente para as peculiaridades lexicais do português do Brasil.

Essa elite letrada recusava, até com veemência, que tivesse havido qualquer influência das línguas indígenas e africanas sobre o português do Brasil, à exceção do vocabulário. E reagia, também de forma veemente, a qualquer referência a características do português popular brasileiro como se fossem próprias do português do Brasil.

Esse discurso adquiriu ares de alta ciência com a chegada da linguística estruturalista ao Brasil. Passou-se a dizer que o português tinha um único sistema desdobrado em duas normas nacionais. Esse discurso, claro, nunca foi além dessa asserção geral porque nunca ninguém conseguiu descrever tal sistema, nem sequer no âmbito da fonologia, a área sobre a qual recaía o grande foco do estruturalismo linguístico. Quando se observa as descrições da fonologia brasileira e da fonologia portuguesa, logo se vê que não há como reduzi-las a um sistema. O vocalismo implode qualquer tentativa de construção do alegado sistema.

Com a chegada e expansão da linguística gerativa, o foco se deslocou para a sintaxe e os estudos foram apontando diferenças substanciais entre a sintaxe europeia e a sintaxe brasileira.

Em livro que acaba de ser publicado, organizado por Mary Kato, Jairo Nunes e Ana Maria Martins, destacados linguistas gerativos – brasileiros os dois primeiros e portuguesa a última – e que tem o título *Português brasileiro/ português europeu: sintaxe comparada*, são estudados, em contraste, vários fenômenos como o sistema pronominal, a concordância, os sujeitos nulos e assim por diante.

Desses estudos comparativos e dadas as semelhanças e diferenças entre o português europeu e o português brasileiro examinadas detalhadamente no livro, emerge, na conclusão, a inevitável questão de saber se estamos realmente lidando com uma única língua ou com duas línguas diferentes. Os autores, porém, escapam de responder a essa pergunta. E dizem:

Essa é uma questão muito espinhosa, pois existem inúmeros significados atribuídos à palavra *língua* e as respostas podem diferir drasticamente dependendo do que se assume como definição de *língua*. (Kato *et al.* 2023, p. 355)

Preferem, então, tratar a questão sob outro ângulo. E formulam a seguinte pergunta, que consideram mais palpável:

Assumindo que o termo *gramática* descreve o sistema de conhecimento sintático que falantes nativos alcançam no decorrer de um processo prototípico de aquisição da linguagem, o PE e o PB são produtos de uma única gramática ou de duas gramáticas diferentes? (Kato *et al.* 2023, p. 355)

Diante dos dados analisados no livro, concluem que estamos, claramente, diante de duas gramáticas diferentes, que podem produzir o mesmo resultado em alguns casos, mas não em outros. E acrescentam o seguinte arrazoado:

O fato de o mesmo resultado poder estar associado a diferentes codificações gramaticais significa que as aparências podem muitas vezes ser enganosas. Uma mesma expressão morfofonológica da flexão verbal, por exemplo, pode estar associada a diferentes especificações gramaticais subjacentes, que, por sua vez, podem ser capazes de licenciar um sujeito nulo em PE, mas não em PB. (Kato *et al.* 2023, p. 356)

E encerram com uma imagem curiosa, que vale a pena citar aqui para mostrar como o tema é ainda escorregadio:

À primeira vista, jabutis e tartarugas também podem não ser diferenciados, dependendo da atenção, do interesse e da demora com que se olhem, vendo ou não para lá da presença do casco e outras afinidades. Da mesma forma, o PE e o PB podem ser vistos como quelônios quando se observa apenas seu resultado fenotípico ou como jabutis e tartarugas quando são examinadas suas distintas gramáticas subjacentes. (Kato *et al.* 2023, p. 356)

O livro, em suas 356 páginas, oferece uma ampla e detalhada abordagem das diferenças entre o PE e o PB por um viés técnico. Seus resultados analíticos parecem dar forte suporte empírico à conjectura do Prof. Ivo Castro de que a história está nos conduzindo para uma incontornável fragmentação do português numa família de línguas.

Por um século aproximadamente, o discurso caminhou escamoteando as diferenças. E hoje são elas que estão dando o tom, pelo menos no discurso acadêmico. E não só pelo intenso destaque às divergências estruturais entre o português europeu e o português brasileiro, mas também pela gama de estudos que se concentram na descrição das especificidades do que hoje já se denomina de português angolano e português moçambicano.

No Brasil, pode-se dizer que só mesmo os mais tradicionalistas evocam ainda o slogan da unidade na diversidade. Ou, ainda, os adeptos do discurso da lusofonia. Da quimérica lusofonia ou ilusofonia, para usar a feliz expressão criada pelo Prof. Marcos Bagno, da Universidade de Brasília.

Curiosamente, esse discurso da lusofonia, apesar de seu tom laudatório da pretensa unidade da língua e da cultura, teve poucos seguidores no Brasil. E, hoje, parece estar perdendo o pouco espaço que teve para o discurso do português como língua pluricêntrica, que, ao reconhecer que o português tem mais de um centro de referência, é, claramente, separatista, como, aliás, já previa um dos principais teóricos da pluricentralidade, o linguista australiano Michael Clyne.

Ele dizia que as línguas pluricêntricas, ao mesmo tempo que unem, dividem seus falantes (Clyne 1992, p.1). Elas unem porque, pela força do imaginário, os falantes se reconhecem como falantes da mesma língua, embora a falem de forma diversa. E dividem porque as características próprias de cada variedade nacional acabam funcionando fortemente como índices de identidade linguístico-nacional.² Estando o português politicamente à deriva, como apontei anteriormente, o mais provável é a sua crescente fragmentação.

Uma língua ou duas línguas? Uma língua ou uma família de línguas aparentadas?

Mesmo concordando com Mary Kato, Jairo Nunes e Ana Maria Martins de que essa é uma questão muito espinhosa, gostaria de acrescentar às análises técnicas que eles fizeram em seu livro, alguns fatos que parecem corroborar a percepção de que a língua já está fissurada.

² Não vou entrar na crítica a esse discurso do português língua pluricêntrica. O tema foi tratado de forma muito precisa e crítica pelo Prof. Roberto Mulinacci, da Universidade de Bolonha, num artigo recentemente publicado (Mulinacci 2021).

Um filme português, por exemplo, (que, diga-se de passagem, muito raramente será apresentado no Brasil), só terá público brasileiro se for legendado. De outra forma, será incompreensível para os falantes brasileiros.

As traduções literárias para o português feitas no Brasil ou em Portugal não são intercambiáveis, como tem mostrado o linguista português Fernando Venâncio (Venâncio 2022). Como não são intercambiáveis, o que ocorre é a recorrente duplicidade de edições, o que reforça ainda mais as barreiras que impedem a circulação livre de livros entre as duas margens do Atlântico.

A Microsoft e as plataformas de streaming de filmes dividem seus textos e legendas entre duas alternativas: português (Portugal) e português (Brasil).

Ao alugar um carro em Portugal, o viajante brasileiro é aconselhado a optar pelo GPS narrado em português brasileiro.

Os certificados de proficiência de português língua estrangeira – o CAPLE, de Portugal, e o CELPE-Bras, do Brasil – não são mutuamente reconhecidos.

Por fim, escritores portugueses, embora muito patrocinados pelas agências governamentais de Portugal e, por isso, estejam sempre presentes em feiras literárias brasileiras, têm poucos leitores no Brasil. E o mesmo parece se dar com escritores brasileiros contemporâneos em Portugal. Para leitores médios de ambos os lados, parece haver um quase incontornável estranhamento com a língua que encontram nos respectivos textos.

No caso da literatura brasileira contemporânea, é preciso destacar que tem havido uma significativa transposição para o plano literário de características do português brasileiro falado. Os escritores mais e mais parecem estar convencidos de que sua língua é, de fato, o português brasileiro e não um português idealizado, artificial, distante do que efetivamente se pratica no país.

E o espectro de variedades a que se dá, hoje, estatuto literário vai do que poderíamos chamar de português brasileiro urbano standard até o português brasileiro das periferias urbanas. No primeiro caso, está, por exemplo, Jefferson Tenório que, em seu belo romance *O avesso da pele*, deu estatuto literário ao que os tradicionalistas chamam, equivocadamente, de mistura de pronomes. Em sua narrativa, os pronomes *você*, *te* e *teu* convivem harmoniosamente, como é corrente no português brasileiro urbano contemporâneo, mas que tanto incomoda os pseudopuristas.

No segundo caso, em que o português brasileiro das periferias urbanas ganha estatuto literário, está Geovani Martins, com seu impactante romance *Via Ápia*, escrito todo ele no português das favelas dos morros cariocas.

Pelo meio, está Paulo Scott, de *Marrom e amarelo*; ou Patrícia Melo, de *Menos que um*, entre outros vários, que dão amplo espaço, em suas narrativas, à língua falada.

À medida que os projetos literários vão se fazendo próximos da oralidade do português brasileiro, mais especificidades e divergências vão aparecer, mais estranhamento vão produzir no leitor não brasileiro.

Uma língua ou duas línguas? Uma língua ou uma família de línguas aparentadas?

8. Considerações finais

Encaminho, então, minhas considerações finais. Diante do fracasso político da gestão multinacional, diante da percepção de que a língua está irremediavelmente fissurada, o que parece estar se confirmando seja pelos estudos técnicos comparativos, seja pelo rol de fatos, como a não intercambialidade das traduções literárias, o não reconhecimento mútuo de certificados de proficiência, a distinção de duas línguas portuguesas nos aplicativos da Microsoft ou nas plataformas de streaming de filmes, e, ainda, na configuração de projetos artísticos, no caso do Brasil, que dão estatuto literário a variedades do português brasileiro urbano contemporâneo, encontro grandes dificuldades para insistir numa unidade que parece mesmo não mais existir.

Assim, defendo, do meu ponto de observação de hoje, depois de longos anos transitando por outra visão política, que cada país intensifique suas políticas e ações de caráter estritamente nacional.

A recente criação do Instituto Guimarães Rosa como órgão coordenador da promoção linguístico-cultural do Brasil é um passo fundamental para que o país, reconhecendo que seu empenho na gestão multilateral não conseguiu alcançar os objetivos pretendidos, direcione todas as suas energias e esforços para difundir não a língua portuguesa na sua variante brasileira, como costumava estar nos documentos oficiais, mas se descolonize e promova, efetivamente, o português brasileiro e só o português brasileiro e as manifestações culturais correlacionadas com ele. E que os outros membros dessa família de línguas nascida no Noroeste da Península Ibérica e espalhada pelo mundo se promovam como melhor lhes aprouver.

Nota biográfica: Carlos Alberto Faraco é professor emérito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), onde lecionou Linguística e Língua Portuguesa. Trabalha como Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR. Doutorou-se em Linguística Românica na Inglaterra, tendo feito um estágio de pós-doutorado em Linguística na University of California (EUA). Foi presidente da Associação Brasileira de Linguística de 1985 a 1987. Foi reitor da UFPR de 1990 a 1994. Foi coordenador da Comissão Nacional do Brasil junto ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa de

2014 a 2018. Publicou, com Ana Maria Zilles, para conhecer norma linguística (Contexto). Organizou, com Francisco Eduardo Vieira, a coletânea Gramáticas brasileiras: com a palavra os leitores (Parábola). É coautor, com Francisco Eduardo Vieira, da coleção escrever na Universidade (Parábola). Publicou vários livros monoautorias, entre os quais História sociopolítica da língua portuguesa, que recebeu, em 2016, o Prêmio Antenor Nascentes, da Academia Brasileira de Filologia.

Email: deolhoningua@ufpr.br

Referências bibliográficas

- Bagno M. 2009, *Lusofonia ou ilusofonia?* Caros Amigos, São Paulo, setembro.
- Balduino A.M., Bandeira M. 2022, *A ascensão da Língua Portuguesa em São Tomé e Príncipe*, in “Domínios de Linguagem, Uberlândia” 16 [3], p. 991-1025. <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/59115> (junho 2023).
- Castro I. 2007, *Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa*. Conferência dada no Institut d’Estudis Catalans, Barcelona, 16/03/2007. Texto inédito. http://www.clul.ul.pt/files/ivo_castro/2007_Unio_e_Separao.pdf (junho 2023).
- Castro I. 2008, *Galiza no espaço cultural e simbólico da Lusofonia*, in “GRIAL – Revista Galega de Cultura” XLVI [180], pp. 80-89.
- Clyne M. 1992, *Pluricentric languages – Introduction*, in Clyne M. (ed.), *Pluricentric languages: differing norms in diferente nations*, De Gruyter-Mouton, Berlin, pp. 1-10.
- Fundação Calouste Gulbenkian 2013-2015, *Gramática do português*, 3 vol., Lisboa.
- Kachru B. 1992, *The other tongue: English across cultures*, University of Illinois Press, Urbana.
- Kato M., Nunes J., Martins A.M. 2023, *Português brasileiro/português europeu: sintaxe comparada*, Contexto, São Paulo.
- Martins G. 2022, *Via Ápia*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Melo P. 2022, *Menos que um*, Leya, São Paulo.
- Mulinacci R. 2021, *Conjecturas sobre o português língua pluricêntrica*, in *Glottodidattica dela língua portoghese: una prospettiva diacronica e sincronica*, Tuga Edizioni, Bracciano, pp. 137-160.
- Scott P. 2019, *Marrom e amarelo*, Alfaguara, Rio de Janeiro.
- Tenório J. 2020, *Avesso da pele*, Companhia das Letras, São Paulo.
- United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division 2015, *World population prospects – The 2015 revision*, New York.
- Venâncio F. 2022, *O português à descoberta do brasileiro*, Guerra e Paz, Lisboa.